

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
11-5-2020.

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e quatorze minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. A seguir, foi registrada a participação de Liziane Baum e Ilson Nietiedt, respectivamente secretária e servidor da Secretaria Municipal da Fazenda, e de Teddy Biassusi, superintendente da Receita Municipal, e o Presidente concedeu a palavra a Liziane Baum e a Teddy Biassusi, que se pronunciaram acerca das projeções de receitas e despesas do Município para o ano de dois mil e vinte. Em continuidade, Felipe Camozzato, Cassiá Carpes, João Carlos Nedel, Comandante Nádia, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Mauro Zacher, Roberto Robaina, Engº Comassetto, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Cláudio Janta, Airto Ferronato e Adeli Sell pronunciaram-se acerca do tema em debate. Ainda, Liziane Baum e Teddy Biassusi pronunciaram-se acerca do tema em debate. Às dezessete horas e vinte e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Hoje temos o comparecimento da Sra. Liziane Baum, secretária municipal da Fazenda; do Sr. Teddy Biassusi, superintendente da Receita Municipal; e do Sr. Ilson Nietiedt, representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

A Sra. Liziane Baum está com a palavra.

SRA. LIZIANE BAUM: Boa tarde, Luiz Afonso; boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores. É uma honra estar aqui participando deste momento com vocês. Hoje, vamos compartilhar os números que nós temos como projeção de receitas e despesas ao longo do ano, um novo cenário que se apresenta com o impacto da pandemia da Covid-19. Eu gostaria de, desde já, dando início à apresentação, dizer para vocês que estão aqui presentes o Teddy Biassusi, superintendente da Receita Municipal, e o Ilson Nietiedt, meu assessor. Faremos a projeção da nossa breve apresentação; após,

ficaremos à disposição dos senhores para eventuais questionamentos e encaminhamentos, conforme a logística que vai ser implantada pelo Presidente.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SRA. LIZIANE BAUM: Eu gostaria de iniciar a nossa breve apresentação permeando o que nós vamos abordar hoje aqui: a nossa perda de receita, o aumento na despesa na área da saúde, algumas medidas emergenciais na União de ingresso de receita, este ano, algumas projeções, suspensão e postergação de despesas em 2020, e essa compensação da receita em virtude de medidas da União também.

Nós fechamos o exercício de 2019 já com a projeção inicial de receita para o ano de 2020. Então, no cenário de receita própria, nós tínhamos uma projeção de entrada de recurso de R\$ 2,444 bilhões – essa era a nossa projeção inicial de receita própria, antes da Covid-19. Receita de transferências, que são os ingressos estaduais, que nós recebemos via Estado, nós tínhamos uma projeção de recebimento em torno de R\$ 1 bilhão. Quanto à nossa projeção de receita inicial, antes da Covid-19, o nosso cenário projetava uma arrecadação de R\$ 3,581 bilhões. Com o impacto da Covid-19, as nossas projeções mudaram. A gente acompanha semanalmente a arrecadação de receita própria via Nota Fiscal Eletrônica recebida e as projeções que o Estado do Rio Grande do Sul vem fazendo de forma a complementar as nossas informações. Com o novo cenário, senhores, nós temos agora projetado uma perda de R\$ 587 milhões de receitas próprias e R\$ 157 milhões de transferências, o que dá um total de menos R\$ 744 milhões de queda de receita projetada para o ano de 2020, um impacto de 20% das nossas receitas próprias e de transferência – esse é o cenário atual, já com o impacto da Covid-19. Claro, nós temos aberto por tributo; depois este material vai ficar compartilhado com os senhores, eu vou passando e depois a gente pode voltar aos pontos.

Nós já temos o realizado do mês de abril, não é uma projeção. Nós tivemos, no mês de abril, uma queda de receita própria na ordem de R\$ 47 milhões e uma queda de transferência do Estado na ordem de quase R\$ 15 milhões. Isso nos dá um total geral realizado, em abril, de menos 20% de receita. Esse é o cenário que nós temos hoje já fechado – praticamente fechado – do mês de abril. Vocês podem observar que temos queda, temos uma perda absoluta de ISS de menos R\$ 20 milhões; ITBI, menos R\$ 9 milhões; arrecadação de dívida ativa, menos quase R\$ 9 milhões; IPTU, menos R\$ 6 milhões; TCL, menos R\$ 2,5 milhões, mais ou menos. Essa já foi a menor receita que nós tivemos – em receita própria – no mês de abril.

Com isso, nós também estamos acompanhando, em nível federal, projetos que visem a implementação de eventual receita ou diferimento de tributos ou diferimento de dívida, no decorrer deste ano, que possam auxiliar e compensar essa perda. Nós temos um projeto de lei, o PLP nº 39/2020, que foi aprovado agora na semana passada, que vai fazer a compensação de receita em quatro parcelas – de maio a agosto –, o que vai nos dar um incremento de receita de R\$ 192 milhões. O diferimento da dívida, de pagamento de dívida interna, R\$ 122 milhões; dívida externa, que nós

temos alguns financiamentos com CAF e BID, isso daria um diferimento na ordem de R\$ 16 milhões – isso tudo é projetado para o ano. O diferimento de contribuição patronal do RPPS é de R\$ 115 milhões, só que esses R\$ 115 milhões ainda estão condicionados à aprovação de lei municipal, porque esse projeto federal não é implemento automático, ele ainda requer que o Município faça o seu projeto de lei a fim de propiciar esse diferimento da contribuição patronal do RPPS. Então nós teríamos um total de compensação de receita de R\$ 205 milhões, considerando o PLP nº 39/2020 já aprovado, mais os R\$ 12 milhões, porque os R\$ 205 milhões seriam os R\$ 192 milhões do PLP já aprovado mais R\$ 12 milhões da Medida Provisória nº 938. Aqui pela projeção, nós chegaremos num total de R\$ 205 milhões; só que esses R\$ 205 milhões são apenas 27% do total da nossa perda da receita projetada lá no segundo *slide* de menos R\$ 744 milhões. Então repito que esses R\$ 205 milhões de incremento de receita correspondem a apenas 27% do total da perda que nós temos projetado de menos R\$ 744 milhões, o que está lá no segundo *slide*.

Nós temos aqui um resumo mais compactado, que é a perda da receita própria de transferências de menos R\$ 744 milhões. Nós temos uma média de projeção, não é ainda um número definido, estamos prevendo um aumento de despesa na ordem de R\$ 99 milhões – saúde, assistência social, questões realmente ligadas ao impacto da Covid-19 que vão impactar ainda nos nossos cofres públicos –, então nós passaríamos para uma conta de menos R\$ 844 milhões este ano. Depois, eu considero alguns ingressos de repasse que já foram efetivados pela União e pelo Estado de R\$ 70 milhões. Estou considerando depois um número positivo de R\$ 257 milhões, que são aquelas medidas da União que vão postergar a despesa ou vão propiciar diferimento ou compensação de receita, R\$ 257 milhões mais R\$ 205 milhões, e nós chegaríamos numa insuficiência financeira gerada, em 2020, de menos R\$ 311 milhões. Esse é o cenário que nós temos considerando as medidas da União, senão eu volto lá naquele subtotal de menos R\$ 844 milhões. Esse é o nosso déficit hoje projetado para 2020. O que nós temos como certo hoje são os menos R\$ 844 milhões de projeção – vamos chegar a um déficit de menos R\$ 844 milhões – e esse repasse pela União e pelo Estado de R\$ 70 milhões. Isso é o que nós temos como certo hoje. Então vocês podem ver que os números realmente não são bons, a gente ainda depende do cenário nacional, para conseguir esse ingresso de receita, seja em termos de compensação, diferimento ou postergação de despesas.

Agora eu gostaria de passar algumas (Problemas técnicos no som.) que a Fazenda fez ainda em março (Problemas técnicos no som.) via decreto. Nós fizemos algumas medidas emergenciais de incentivo aos contribuintes. Nós demos início à suspensão de prazos recursais, então, hoje, por três meses, até junho, os prazos recursais no âmbito da Fazenda estão suspensos. Nós suspendemos a negativação e o protesto ao contribuinte como uma medida não de incentivar o inadimplemento, mas a gente sabe que o momento hoje é realmente muito difícil, então, até junho, os contribuintes não vão sofrer esse impacto de negativação e de protesto. Nós aumentamos o nosso atendimento virtual e por *e-mail*, ou seja, nós ampliamos o leque de atendimento remoto da Secretaria Municipal da Fazenda, implantamos mais medidas. Hoje nós estamos

atendendo a um número de demandas surpreendentemente maior virtualmente, inclusive temos um retorno bem positivo. Fizemos o diferimento do vencimento da TFLF e do ISS para autônomos, estamos dando priorização à análise de processos que visam às restituições. Por exemplo, nós temos uma grande gama de processos em que o contribuinte está pedindo uma restituição de tributo, às vezes pagou indevidamente duas vezes, enfim, acontece alguma eventual prática de diferença em que o contribuinte tenha que receber algum retorno de recurso. Nós estamos priorizando essas restituições e ainda colocamos a dispensa do alvará a fim de ingresso no Simples Nacional. Outra medida, inclusive saiu uma matéria semana passada, e nesta semana nós estamos dando continuidade: no mês de abril, a Receita ofereceu um novo parcelamento para o IPTU de 2020 destinado aos contribuintes que não conseguiram negociar o tributo em razão da pandemia. Nós identificamos alguns contribuintes, aqueles classificados como bons pagadores e que estavam somente com o IPTU de 2020 em aberto. Para esses nós elaboramos uma proposta com prazo mais dilatado. Nós estamos oferecendo um parcelamento em 36 vezes. Isso também está dando uma repercussão grande, de modo que estamos ampliando e agora, no mês de maio, replicando, informando novamente aos contribuintes que nós estendemos esse prazo de parcelamento para 36 parcelas.

Eu deixo aberto aqui para alguma colocação. Teddy, nosso superintendente da Receita Municipal, se estiver escutando e quiser fazer algum complemento na fala; depois, nós vamos abrir aos senhores vereadores.

SR. TEDDY BIASSUSI: Boa tarde, eu estou sem a minha imagem, o vídeo não está entrando, teria que o *host* da reunião me autorizar.

SRA. LIZIANE BAUM: Tu queres fazer algum complemento, Teddy, nas nossas ações, enfim?

SR. TEDDY BIASSUSI: Sim, na verdade, rapidamente. A gente passou ali as projeções de receita. Claro que os tributos, em si, têm comportamentos diferentes, têm aqueles que já caem mais imediatamente, outros caem um pouco depois. A gente vai ver que entre as principais arrecadações nossas que caíram está a dívida ativa, justamente porque a gente suspendeu, durante um período, o protesto, a negativação, prorrogamos a validade das certidões negativas, tudo isso tem um impacto muito forte na nossa cobrança. Pelo menos durante alguns meses, a gente não vai tomar nenhuma dessas medidas, podendo reavaliar depois, a gente não sabe se não vai seguir até o final do ano. No caso do ITBI, também foi uma queda bem expressiva, de 44%. A gente teve o impacto dos tabelionatos, que ficaram fechados no final de março, dia 20 de março foram fechados os tabelionatos, depois, em abril, eles foram reabertos ainda que de forma parcial, com algumas medidas, como horário restringido, trabalho remoto, então a gente recuperou um pouco. Mesmo assim, o ITBI, ele tem uma característica, ele é o primeiro a cair, geralmente, em momentos de crise e ele é o último a se recuperar. Como os cartórios fecharam, parou; de um dia para o outro, nós não tivemos mais guias. Como eles voltaram agora, a gente teve certa recuperação, mas, mesmo assim,

considerando o período antes da crise, a gente arrecadava cerca de R\$ 1 milhão por dia; atualmente, a gente está arrecadando R\$ 590 mil, ou seja, a perda é de R\$ 400 mil por dia só no ITBI.

Outro comentário muito rápido é com relação à queda do ISS, que já é bem expressiva. A gente teve uma arrecadação, no mês de abril, com queda de 23%, isso sem considerar o Simples Nacional. Cerca de 85% das nossas empresas, dos nossos contribuintes, eles são optantes do Simples em Porto Alegre, e o vencimento do Simples foi alterado. Os vencimentos da competência de abril, que teria que ser paga em maio, junho e julho, esses recursos não ingressarão. Aí são mais cerca de R\$ 15 milhões – de R\$ 13 a R\$ 15 milhões – por mês que a gente vai deixar de arrecadar nos próximos três meses com relação a isso.

Outros detalhamentos mais precisos a gente pode fazer depois, vamos deixar a apresentação com os vereadores para que tenham uma análise mais pormenorizada.

SRA. LIZIANE BAUM: Obrigada, Teddy. Diretor e Presidente, ficamos à disposição dos senhores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, diretor Luiz Afonso. Cumprimento o Presidente Pujol, a Liziane, o Teddy. Início agradecendo, primeiramente, a presença do Executivo municipal, de vocês, esclarecendo essas questões tributárias e de receitas do Município. Esse é um tema que estava preocupando a todos nós, vereadores, já há algum tempo, então fico feliz de ter esse espaço com vocês para a gente poder compartilhar essas informações e também algumas dúvidas. Então, obrigado pela apresentação, obrigado pela disponibilidade de vocês. Eu tenho duas questões bem pontuais, e entendo que numa delas entra um componente que talvez a Secretaria Municipal da Fazenda não tenha como responder, mas já pode dar um norte. A primeira delas é justamente sobre esse *gap* de arrecadação, essa projeção que nós temos uma dificuldade de fechamento em R\$ 311 milhões, levando em consideração que se recebam os auxílios das MPs aprovadas, dos projetos de auxílio federal especialmente. Sabemos que é um rombo que, obviamente, não era o que se esperava para este ano, mas dado que acontece, nós gostaríamos de saber que tipo de medida a Fazenda já está sinalizando que o Executivo municipal possa tomar para tentar fazer um equilíbrio fiscal a partir desses resultados, essa projeção de resultados tão ruins; o que está ao alcance de ser feito e que eventualmente precisará da colaboração ou não da Câmara Municipal. Esta é a primeira pergunta.

A segunda é justamente porque não encontrei informações – e acho que seria legal ter um pouco mais de informações – sobre qual foi o impacto fiscal das medidas de auxílio que o Município lançou – e aí foram citadas algumas delas –, no que isso compromete nossa arrecadação municipal, se vocês têm essas projeções. E também

qual é o espaço que a gente teria para eventuais compensações àquelas atividades econômicas que tiveram a suspensão por conta dos decretos municipais? Qual é o espaço que nós teríamos para alguma compensação, qual é o cenário que se tem dentro das projeções? São essas três questões, agradeço a atenção de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Secretária Liziane, boa tarde, a sua presença aqui é muito importante para que a gente possa perguntar, interagir. Irá dividir comigo este tempo o Ver. Nedel, da nossa bancada – portanto, já fica aí, meu amigo, como colega, de sobreaviso. A primeira questão: nós sabemos que, em média, os orçamentos são uma verdadeira ficção; pergunto se dentro dessa excepcionalidade nós teremos uma readequação do orçamento para este ano e como se dará, numa linguagem bem simples, a efetivação desse orçamento verdadeiro devido à excepcionalidade.

A outra questão é: ao parcelar em 36 vezes para as pessoas que não pagaram... Tem pessoas, se não me engano, que já estão na terceira prestação. Eu penso: será que essas pessoas também não podem ser contempladas com esse alongamento das prestações? Não seria injusto nós vermos a Prefeitura compensar aqueles que não pagaram e os que estão pagando, se eu não me engano, em apenas 10 vezes? Essa é a realidade, fiz uma pergunta sobre a possibilidade. Dentro disso, essas são as minhas perguntas, algumas já foram contempladas pelos meus colegas, e eu passo diretamente ao Ver. Nedel, meu colega de bancada, para que ele possa completar esses três minutos. Obrigado, um abraço para a senhorita.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, complementando o tempo do PP.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): A Prefeitura já está gastando demais com esse assunto da Covid-19, os recursos do governo federal deverão recuperar um pouco essas despesas já feitas, ou seja, irão sobrar recursos para a Fazenda? Outra questão é que a Comissão de Finanças está preocupada com a transparência desses recursos federais que virão para o Estado. Nós gostaríamos que a secretaria enviasse uma prestação de contas a esta Casa para nós exercermos a nossa função fiscalizadora. São essas duas questões, senhora secretária.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente Pujol, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os colegas; venho aqui em nome da bancada do DEM, do Ver. Ricardo Gomes e do Ver. Mendes Ribeiro, para fazer algumas perguntas. Já cumprimento a secretária Liziane e os colegas da Secretaria Municipal da Fazenda que estão fazendo todo o possível para nos abastecer de informações. As nossas perguntas são muito pontuais: nós gostaríamos de saber dos valores recebidos pelo Município, se houve, por parte de pessoas físicas e CNPJ, quais são esses valores que foram recebidos e a destinação deles. Essa é a primeira pergunta, secretária.

Segunda: tendo em vista que no final do ano passado foi anunciado que a Prefeitura Municipal teria como orçamento R\$ 8 bilhões, a gente nota que naquela planilha ainda está faltando algum valor da verba do orçamento total, em torno de R\$ 3,5 bilhões, o que não ficou muito claro para bancada do DEM. Essa é a segunda pergunta, para ver então do valor total, porque aparece um valor separado, não deu para entender bem.

A terceira pergunta: em que foram gastos os R\$ 99 milhões da saúde, por conta da Covid-19? Foram gastos em quê? Em respirador? Em cesta básica? Gostaríamos de saber onde foram utilizados esses R\$ 99 milhões.

Quarta pergunta: além disso – acho que o Ver. Camozzato já fez essa pergunta, mas gostaríamos de reforçar –, a Prefeitura está trabalhando em alguma ideia de recuperação econômica, passada a Covid-19, para pequenos, médios e grandes empresários, como, por exemplo, a lei de incentivo?

Quinta pergunta: Gostaríamos de saber sobre a inadimplência do IPTU por mês – janeiro, fevereiro, março e abril –, qual o valor por mês da inadimplência. E a última pergunta: como ficou a questão da contestação por parte dos contribuintes que fizeram as solicitações da reorganização do seu IPTU? Nós temos visto bastante solicitação. Além disso, convênios foram cancelados. Esses valores dos convênios que foram cancelados foram repassados para qual rubrica? Nós não vimos também. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, colegas vereadores; boa tarde, secretária Liziane, Teddy, demais assessores da Fazenda. O questionamento da bancada do PTB também vem no sentido de não termos compreendido a demonstração do total das receitas previstas. O orçamento que aprovamos no final do ano passado era um orçamento de R\$ 8 bilhões, previa um déficit

em torno de R\$ 336 milhões, portanto uma receita estimada em torno de quase R\$ 7,7 bilhões, e a secretária nos apresentou aqui uma receita prevista de R\$ 3,581 bilhões. Como eu não sou um *expert* na área, eu não sei quais são as receitas previstas que estão faltando, mas com certeza nós estamos tratando de pouco mais da metade do orçamento previsto, e logicamente deve haver uma explicação muito tranquila e técnica para ser dessa forma, só que, logicamente, faz uma diferença muito grande, até em termos percentuais: se nós falarmos de um déficit agora, dando tudo certo, de um déficit estimado de R\$ 311 milhões – isso sobre R\$ 7,7 bilhões – e um percentual de 4%, isso sobre 3,5 tem um percentual de quase 10%. Claro que não deixa de ser igual um valor real e um valor absoluto, que é o que precisamos abordar, mas não entendemos realmente o motivo dessa apresentação vir com um valor diminuído.

Em relação a esse déficit estimado, dando tudo certo, com todas as transferências governo federal, esse déficit de quase R\$ 312 milhões, se nesse déficit já estão computadas – ou o que já está e o que não está computado – as readequações contratuais que a Prefeitura está fazendo, porque temos notícia de decreto determinando uma reavaliação de todos os contratos. Então, esse déficit estimado já é um teste com essa reavaliação ou ainda estamos aguardando a reavaliação para realmente sabermos qual é o déficit estimado no momento? A gente sabe que são estimativas, mas... Parabéns pelo trabalho técnico encaminhado e desenvolvido pela Secretaria Municipal da Fazenda, temos certeza de que ele está muito bem alicerçado em todas as informações que temos disponíveis até o momento e, com certeza, iremos superar este momento. Obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cassio Trogildo. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, secretária Liziane – muito obrigada pela sua presença aqui com a gente –, Teddy e demais assessores. Na verdade, em alguns itens eu já fui contemplada, mas, como eu tinha pautado, eu vou repassar, porque depois vai fortalecer quando a senhora for nos respondendo. Com relação à transparência, que é uma preocupação muito grande no momento, porque, quando a gente fala em calamidade pública, são dispensadas licitações, são dispensadas várias formas de compra, e isso preocupa bastante neste momento, porque é importante essa transparência – inclusive eu protocolei, nesta semana, um projeto. Eu gostaria que a senhora falasse um pouquinho sobre como estão sendo feitas as compras de material, destinação, se isso vai estar disponível no portal, para que todos possam fazer esse acompanhamento dos gastos e das receitas enviadas pelo governo federal e pelo governo estadual.

Eu também queria saber se existe alguma proposta de adiamento de suspensão. Eu vi que a senhora falou que nós temos um déficit muito grande já com

relação aos impostos, mas eu queria que a senhora nos dissesse se tem alguma condição de se ter algum adiamento, alguma suspensão, alguma isenção temporária de alguns impostos, se há condições de fazer algo para ajudar essas empresas, porque todo mundo está passando por um período bem complicado, não só o governo; se tem algum aporte para essas empresas, alguma parceria em contrapartida, assim como a gente sabe que algumas empresas vão construir um hospital em parceria, então se tem mais algum tipo de parceria prevista para que a gente possa ter melhorias para combater a Covid-19.

Com relação também aos respiradores, às compras de testes e tudo mais, como isso está sendo feito? Esta pauta é muito importante: os destinos, as estimativas. Algum incentivo previsto também para ações de acolhimento de moradores de rua dentro desse orçamento da Fazenda, tem alguma verba destinada para esse tipo de ação? E, sobre o pós-pandemia, saber se vocês estão pensando em alguma coisa. Por enquanto, é isso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, secretária, é uma satisfação. Sei que tu estás com o microfone fechado, mas eu quero me apresentar: sou o Ver. Mauro Zacher, aquele que entrou com uma ação popular sobre aquele ofício do dia 17 de abril, que previu a suspensão do pagamento das creches. Muito prazer, secretária, espero que a senhora acate a decisão judicial e mantenha o pagamento das nossas tão necessárias e importantes creches comunitárias e que as escolas então possam se manter e ingressar nos programas do governo federal para os seus servidores. Infelizmente, centenas de pessoas foram para frente da Prefeitura por aquele ato impensado, ainda bem que a justiça retomou e garantiu o pagamento, o repasse para aquelas creches.

A segunda questão, secretária, olhando aqui o Portal Transparência, eu percebo que a arrecadação do 1º quadrimestre foi significativa em relação ao ano passado. Nós temos uma arrecadação, no 1º quadrimestre, de R\$ 2.270.254.000,00 no ano passado; neste ano, uma arrecadação de R\$ 2.528.249.000,00 e uma despesa de R\$ 1.792.000.000,00, então, teríamos aí um superávit de R\$ 735 milhões. Quer dizer que se manteve ainda positivo e em receita crescente e despesas – são dados que eu tenho aqui do Portal Transparência. Eu fiz, secretária, diante dos meses que virão pela frente, que serão os mais impactantes sob o ponto de vista da receita – embora o governo federal já tenha, de certa forma, amparado o Município, mas ainda é insuficiente para que possa equilibrar a despesa e a receita do ano de 2020 –, uma proposição que teve um eco muito positivo para muitos funcionários da Fazenda, que seria a possibilidade de a Fazenda usar recursos de fundos que são verbas já destinadas, vinculadas a programas e políticas públicas, mas, de certa forma, poderiam contribuir, neste momento, com o que é mais complicado e difícil, que é caixa – imagino que a senhora terá problema de caixa

nos próximos meses. Então, foi uma proposição que eu achei que poderia contribuir, porque São Paulo já fez. Em São Paulo, houve uma aprovação unânime na Câmara, houve o entendimento de todos na Casa e no Executivo de deixar para o prefeito a mobilidade necessária para que ele pudesse ter caixa. Eu estou falando de R\$ 565,518 milhões que a senhora tem em conta, secretária, saldo bancário. Diante dos municípios, das dificuldades que nós teremos, nós não emitimos dinheiro, teremos dificuldade de alavancar recursos neste momento, acho que o governo federal ainda tem que contribuir muito mais com os municípios para que a gente possa enfrentar este período. Eu estou falando de uma quarentena que já entra na 10ª semana, quando os especialistas falam em 13 semanas a 20 semanas para que esse ciclo feche. Então pode ser que nós fiquemos em um isolamento um pouco maior até fechar as 13 semanas, que completariam no mês de maio; depois, em um isolamento inferior nas próximas semanas. Isso vai impactar muito uma cidade que depende de comércio, de serviços e que tem, sobretudo, o percentual da sua arrecadação de ISS, que seria o grosso neste momento.

Eu quero aqui finalizar dizendo, primeiro, que o 1º quadrimestre foi muito positivo, está no Portal Transparência. Segundo, continuo aqui parceiro na construção de que a gente tem que pressionar o governo federal para que venha a aportar recursos para os municípios. Terceiro, pergunto: quando o governo, através do seu líder, se posicionou contra a possibilidade do uso dos fundos – e a senhora tem R\$ 565 milhões em caixa –, isso já é uma decisão de governo ou foi apenas porque é uma proposta desse vereador? Mesmo que venha do Executivo, que a gente possa discutir a constitucionalidade, imagino que esses recursos devam estar à disposição do prefeito, da Fazenda do Município, assim como São Paulo já fez – que é do mesmo partido do governo do prefeito Marchezan –, no sentido de que possa ter mais mobilidade de recursos para enfrentar esta crise.

No mais, eu lhe desejo sorte e sabedoria porque iremos precisar de muito debate, muita discussão no sentido de que a gente venha a enfrentar esta crise, que a gente possa manter os serviços, especialmente saúde e assistência social, neste momento muito atípico, que nós possamos manter nossos servidores sendo remunerados e que nós possamos, como já manifestado por outros colegas, propor políticas que impulsionem, ativem a nossa economia local não só apenas garantindo receita para o Município, mas, sobretudo, garantindo os empregos e a sobrevivência das nossas empresas aqui da cidade. Então, sorte e sabedoria! Conte conosco, mesmo, às vezes, com as críticas duras, mas isso faz parte do processo; o que todos nós queremos é o melhor para a cidade, e a senhora pode contar com a bancada do PDT – com este vereador e com os vereadores Márcio Bins Ely e João Bosco Vaz. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL) (Requerimento): Presidente Pujol, estava conversando com a secretária Liziane, ela prefere começar a responder aos vereadores por blocos. Como a sua fala é bastante técnica e as perguntas dos vereadores

também são técnicas, ela poderia começar a responder – assim, ela conseguiria responder a todos os vereadores. Até agora, já falaram seis vereadores, então ela poderia já ir respondendo a esse bloco de seis vereadores; depois, novamente, um novo bloco de seis, se for possível, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O requerimento de V. Exa. é pertinente, diz respeito à ordem das nossas atividades. Eu pergunto aos vereadores: há concordância para que façamos um bloco de perguntas muito bem colocadas pelos vereadores? Se houver concordância, ofereceremos dez minutos para a nossa secretária e sua equipe responderem; depois, retornaremos com mais seis perguntas e ofereceremos tempo para a resposta. Havendo concordância do plenário, nós não temos nenhum obstáculo legal para que isso ocorra, porque a sabedoria do plenário é absoluta. Iremos interromper as manifestações e daremos a palavra para a ilustre secretária municipal da Fazenda para que, em dez minutos, possa, de forma objetiva, se manifestar sobre as perguntas já formuladas. Cabe ao plenário a decisão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há manifestações, Sr. Presidente.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu acho que tem poucos inscritos. Como eu estou inscrito, gostaria de me incluir no bloco das perguntas. Quantos inscritos mais? Pode ter mais um?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos mais três inscrições.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Então vamos passar para as três inscrições; depois, passamos para a secretária. Esta é a minha solicitação: que se completem as três inscrições que já foram solicitadas e que, após, imediatamente, passemos para a secretária.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Concordam com a proposta do Ver. Robaina? Se houver concordância, cumpra-se. Solicito ao coordenador dos trabalhos, nosso diretor legislativo, que dê encaminhamento a essa nova ordem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Pujol, por enquanto temos três inscritos. Os vereadores vão começar a se inscrever conforme vão falando, vamos ter 20 inscrições, todo mundo vai se inscrever; mas não tem problema, no dia em que o Robaina concordar com alguma coisa, termina a Covid-19. A secretária pode responder no final, já que o Robaina acha melhor assim.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Se houver um debate entre os colegas a respeito do equacionamento do processo, vou tornar o requerimento de V. Exa. inócuo, vou determinar que se prossiga o que foi estabelecido no começo, senão nós vamos perder mais tempo decidindo se vamos fazer ou deixar de fazer do que propriamente se tivéssemos continuado – já teríamos ouvido mais um ou dois companheiros até o presente momento. Silêncio geral; determino um tempo de dez minutos para a secretária responder as perguntas que já foram equacionadas pelos colegas que se manifestaram. Os demais terão oportunidade igual ao que está sendo conferido neste momento.

A Sra. Liziane Baum, secretária municipal da Fazenda, está com a palavra.

SRA. LIZIANE BAUM: Bom, vamos começar então. Eu tentei aqui agrupar algumas questões, algumas perguntas, porque são muitas. Boa tarde, Ver. Camozzato, dando início às respostas. Bom, o vereador fez aqui alguns questionamentos como: medidas tomadas, colaboração da Câmara nos projetos, impacto das compensações aqui. Medidas elaboradas pela Fazenda nós já apresentamos, que foram aquelas medidas que eu passei ali antes, no início, que é o diferimento dos tributos, o não protesto, a não negativação no momento – foram oito medidas –, o parcelamento em 36 parcelas do IPTU. Deixe-me ver o que mais aqui foi dito – até posso depois projetar a tela –, foram oito medidas que nós fizemos. O diferimento da TFL dá em torno de menos R\$ 430 mil por mês, o que já representa menos receita por enquanto, mês a mês. Essa é uma das medidas que nós implementamos, beneficiando mais ou menos 15 mil contribuintes. Negativação suspensa, também; enfim, já apresentamos as medidas. Colaboração da Câmara de Vereadores: sim, vamos precisar, com certeza vamos precisar. Nós temos, por exemplo, o diferimento do pagamento da cota patronal do RPPS, como eu expus na apresentação, ao que tudo indica não é autoaplicável, o Município teria que aprovar projeto de lei na Câmara. Esse é um dos exemplos que trago aqui.

Então, com certeza, iremos precisar da contribuição dos senhores a título de colaboração no nosso incremento de receita este ano. Impacto das compensações: hoje eu trouxe a perda da receita na ordem de menos 20%, perda absoluta. Impacto das medidas compensatórias: aqui nós temos, no caso, o benefício; nós não temos o impacto, nós temos o benefício aos contribuintes – por exemplo, 15 mil contribuintes estão sendo beneficiados pelo diferimento da TFL. Essas são algumas medidas que estão beneficiando os contribuintes. Quantos negativados estão sendo beneficiados? Nós temos projetado o número de contribuintes que estão sendo, sim, beneficiados com as nossas medidas hoje.

Bem, vou passar aqui para a questão do Ver. Cassiá – vou indo porque realmente foram muitas perguntas aqui, depois, em algum momento, a gente pode voltar. Nós ofertamos àqueles que não conseguiram pagar o exercício de 2020. Vereador, sobre propor o parcelamento em 36 parcelas, que foi uma das questões que o senhor levantou – se não seria, talvez, um exagero propiciar àqueles que não pagam –, entendemos que, neste momento, seria uma medida produtora, porque nós estamos

apenas propondo esse parcelamento para o exercício de 2020. Então o mau pagador está apartado dessa proposta que a Secretaria Municipal da Fazenda fez.

Quanto à peça de ficção orçamentária e à readequação do orçamento, sobre a diferença que o senhor levantou que nós tínhamos – até foi uma pergunta da Ver.^a Nádia, também –, nós trouxemos aqui o impacto de algumas receitas, nós não estamos trazendo o impacto do orçamento, nós estamos trazendo aquelas receitas que estão sendo afetadas pela Covid-19; então, há uma diferença de orçamento. Uma coisa é o orçamento, outra coisa são as receitas que nós realmente já entendemos que estão sendo impactadas, são coisas distintas. O que a gente trouxe aqui hoje, abrindo os números, é o impacto dessas receitas, diferente da peça orçamentária. Então acho que sim – respondendo ainda ao Ver. Cassiá –, com certeza essas medidas vão precisar de uma readequação orçamentária, claro. À medida que nós temos um incremento de despesas na saúde, por exemplo, que não estavam previstas na peça orçamentária, sim, nós vamos ter que readequar a peça orçamentária – isso vai ser encaminhado no decorrer, posteriormente.

Vamos ver aqui o que o Ver. João Carlos Nedel perguntou: sobra de recursos federais. Na realidade, o Ver. Nedel colocou uma questão que nós teríamos uma sobra de recursos financeiros porque estaríamos recebendo – se bem entendi, vereador, a sua colocação – recurso federal. Na realidade, mesmo recebendo um incremento de receita, no âmbito nacional e estadual, pela projeção, nós não fecharemos o ano com sobra. Nós fecharemos com menos R\$ 744 milhões, ou com menos R\$ 331 milhões, depende do que nós viemos a receber de receita ainda de transferência. Então, não há sobra de recursos, não vai haver sobra de recursos, pelo contrário, nós temos que buscar esse incremento de receita e diminuição de despesa.

A segunda pergunta do Ver. João Carlos Nedel foi sobre prestação de contas para a Câmara. Sim, acho que o governo está... Claro, há uma avalanche de informações, mas eu acredito que o governo sempre esteve preocupado com a questão da transparência, por isso, está cada vez mais incrementando o *site*, a fim de realmente passar isso para os senhores, para a sociedade, para os contribuintes, para os porto-alegrenses. Então, com certeza, haverá essa prestação de contas, não tenho dúvida disso, é uma questão apenas de organização interna; se não foi feito, o governo vai encaminhar.

A Ver.^a Comandante Nádia mandou muitas perguntas, só vou organizar. Sobre CNPJ e pessoas físicas, o quanto nós já recebemos de doação de alguns CNPJs. Nós não temos separado, de imediato, por pessoa física e CNPJ; mas, quanto ao ISS, hoje, nós arrecadamos R\$ 335 milhões – mais de 90% são empresas. Em IPTU, arrecadamos R\$ 284 milhões, sendo que 36% desses R\$ 284 milhões vêm de imóveis comerciais, o restante de terrenos residenciais. Sobre o orçamento já respondi anteriormente.

Os R\$ 99 milhões, vereadora, de despesas da saúde não são somente da saúde, é uma projeção do que nós vamos enfrentar pela frente de despesa. Por enquanto, nós temos de incremento de despesa com relação à Covid-19, na área da saúde, em termos de R\$ 7 milhões apenas. Esse é o executado; R\$ 99 milhões é a projeção de todo

o ano para todas as áreas da Prefeitura – assistência social, segurança –, não seria só na ordem da saúde. Por enquanto, nós temos executado R\$ 7 milhões na área da saúde; essa é a despesa a mais na área da saúde que nós temos executado por enquanto.

Outra pergunta: se os recursos dos convênios cancelados seriam redirecionados. Não poderia responder isso no momento, por quê? Primeiro, porque alguns foram cancelados, mas estão ainda sob decisão judicial, estão *sub judice*. Nós temos uma ação movida por um vereador, enfim, não podemos responder isso hoje porque nós não sabemos ainda se realmente esses convênios, por exemplo, na área de educação, vão ser efetivamente cancelados ou se nós vamos ter que cumprir decisão judicial. Eu tenho comigo que decisão judicial se cumpre. É uma decisão de governo, não é a Secretaria Municipal da Fazenda que vai cumprir ou não a decisão judicial. A decisão judicial é com a Procuradoria do Município, pois envolve uma questão jurídica a ser analisada. Depois de analisada a questão jurídica, há os prazos recursais junto ao Poder Judiciário. Então o governo vai encaminhar o assunto sobre essa questão dos convênios que foram cancelados. Eu deixo de responder essa pergunta porque é uma pergunta que está ainda sob análise, não posso responder no momento.

Quanto à lei de incentivo, o que eu poderia falar hoje sobre essas questões de isenções? Nós fizemos um Refis de ISS em 2015 e 2017, ou seja, a Secretaria Municipal da Fazenda vem fazendo propostas de encaminhamento através de Refis. Neste ano, que é um ano que nós temos restrições eleitorais, em que pese tenhamos um estado de calamidade decretado, nós temos que observar as limitações eleitorais para programas e benefícios de isenção. Então, neste ano, por exemplo, acho que seria um risco legal que teria que ser analisado sobre eventual proposta de incentivo ou isenção. Tem essa questão jurídica para ser analisada e ser vencida primeiramente; não há, por enquanto, uma proposta de um Refis, de isenção ou de incentivo, além dos programas que a Secretaria Municipal da Fazenda já propôs no momento. Além disso, o que eu poderia colocar, programas de incentivo ou de isenção? Hoje, 85% dos contribuintes de ISS, por exemplo, são optantes pelo simples nacional, eles já estão com o ISS suspenso por três meses, vereadora, só voltam a pagar em agosto. Esse é um caso que nós temos.

Quanto ao IPTU, a inadimplência em Porto Alegre está baixa, é a menor do País, e a nossa carteira de parcelamento do IPTU, hoje, é alta, é muito alta, então temos um parcelamento alto. Tudo isso deve ser levado em consideração na hora de propor algum exercício, algum critério de isenção. O Refis talvez fizesse sentido no ano que vem, este ano tem todas as situações legais aí que devem ser revisitadas antes da propositura de um incentivo. Acho que as questões da Ver.^a Nádia já estão respondidas, então, vamos para o Ver. Cassio. Boa tarde, vereador. Já respondi a questão do orçamento. Nós realmente trouxemos aqui as receitas que estão sendo impactadas pela Covid-19. O senhor pergunta aqui o que já está contratualizado na redução dos contratos, se nós já abordamos aqui na nossa apresentação os números de redução de despesa. Sim, nós abordamos. Nós temos ali, na última tela, uma projeção de redução dos contratos, em torno de R\$ 88 milhões – isso é o que nós já temos previsto até junho, uma projeção de redução de contrato. Depois de junho, já estamos fazendo outra projeção, dando continuidade semanal ao nosso trabalho de acompanhamento de

redução de despesas. Então, sim, já está computada a nossa redução contratual nessa apresentação que nós fizemos agora. Vereadora Cláudia Araújo, boa tarde. Eu estou seguindo a ordem, depois podemos novamente, a critério do Presidente, retornar em algum ponto. A Ver.^a Cláudia também abordou a questão da transparência, a questão de estarem disponíveis as compras, como está sendo hoje realizada a maioria das nossas compras com relação às despesas da Covid-19; a vereadora também abordou a questão de isenção e dos incentivos. A questão da transparência, vereadora, voltando, já tinha respondido à questão: sim, o governo vai enfrentar, e está, já, de uma certa forma, dando transparência aos atos, acho que vocês devem estar acompanhando na mídia todas as nossas ações tanto na ordem de receita como na ordem de despesa, isso deve ser adaptado, incrementado cada dia mais pelo nosso site. A questão de uma possível isenção, respondi para a Ver.^a Nádia, acho que a Fazenda já encaminhou suas propostas visando menos impacto hoje ao contribuinte. Isenção, já estamos trabalhando em nível nacional com essa redução, de menos R\$ 14 milhões de diferimento de ISS, então não cabe mais uma nova proposta de isenção, até porque tem todos os prazos legais. Sobre o ISS é isso, já foi prorrogado. Autônomos, já prorrogamos também, e os demais iriam pagar na medida de seu faturamento, tirando o faturamento do ISS, do Simples Nacional, que já está diferido, tirando o ISS dos autônomos, que já está diferido, os demais pagam à medida do seu faturamento. Então, a gente não... (Problemas técnicos no som.) ...por exemplo, na ordem do ISS, um projeto de isenção. Passando agora para as questões do Ver. Mauro Zacher. O senhor abordou a questão do parecer judicial das creches, caso a Secretaria da Fazenda venha a acatar a decisão. Como eu disse, não cabe à Secretaria da Fazenda, decisão judicial é decisão judicial, quando ela esgota os seus recursos, ela tem que ser cumprida. Então, sim, cabe uma análise jurídica da procuradoria e, no momento oportuno, essa decisão virá aqui para a Secretaria da Fazenda que ou paga a despesa ou não paga a despesa. É um assunto que afeta todo o Município, mas não é uma decisão isolada da Secretaria da Fazenda. Sobre o superávit que o senhor abordou, que antes da crise a gente tinha um superávit. Sim, nós tínhamos, sim, tanto que antes da crise, até março, até o dia que foi decretada a calamidade, nós vínhamos inclusive com incremento na receita, há uma ruptura, uma curva, até o dia 17 e 20 de março nós estávamos inclusive com uma receita ascendente, maior do que a projetada. Então, sim, nós estávamos realmente com superávit, o resultado de janeiro a março, vereador, para o senhor ter uma ideia, nós estávamos com R\$ 95 milhões em termos de arrecadação no Município, de transferências, de arrecadação própria, estávamos numa curva ascendente, e depois, realmente, na semana seguinte, desacelerou completamente. Podemos depois, em um outro momento, fazer essa abordagem. Sobre a questão dos fundos, vereador, que o senhor colocou ali, nós temos uma lei complementar federal que foi aprovada, e possibilitou essa transferência de recursos de fundos apenas na ordem da saúde, apenas para receitas da saúde. Então, obedecendo à legislação, é isso que nós temos hoje. A nossa gestão sempre foi contrária a usar recursos de fundo em desconformidade com a sua destinação. Tanto que, em 2017, quando chegamos aqui, encontramos em torno de R\$ 250 milhões de receitas de fundos, em que o Tesouro então devia esse valor aos fundos, porque foram recursos

utilizados sem a destinação correta. Então a primeira ação do governo desde então – e gente tem respeitado muito esse comando e tem respeitado as legislações vigentes dos fundos – é usar conforme a destinação, mesmo num estado de calamidade, e isso não é pessoal, mas a fim de dar cumprimento à legislação a gente realmente não utiliza desvio da destinação que está na lei. Para fazer isso, a gente teria que alterar cada lei de fundo. Cada lei de fundo que queira fazer essa transposição de recursos tem que ser alterada lá na destinação. Então, nós não faremos essa utilização de recursos do fundo; faremos o que está autorizado pela legislação. Em cumprimento à legislação, hoje nós temos essa lei federal que possibilita somente a interface desses recursos no âmbito da Saúde. Isso, sim, é possível. Então, receitas no âmbito da Saúde podem ser repactuadas, desde que justificadas em razão da pandemia do Covid-19. Então, espero ter respondido. Esses R\$ 565 milhões...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vossa Excelência está fazendo um grande esforço, mas lamentavelmente seu tempo está esgotado.

SRA. LIZIANE BAUM: Está bem, estou encerrando.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço pela oportunidade e que ocorra outra série de perguntas e, logo após, respostas da sua parte. Eu solicito ao nosso coordenador que reassuma o comando dos trabalhos para que, de imediato, chame o próximo inscrito, e nós levaremos agora, até o final, acredito que há meia dúzia ou sete perguntas já favorecidas, pois muitas coisas já foram encaminhadas as respostas inteiramente satisfatórias. É o momento de esclarecer.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos três inscrições, pela ordem, o Ver. Engº Comassetto, a Ver.^a Lourdes Sprenger e o Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Cláudio Janta também está se inscrevendo.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há outras inscrições? Se não houver, eu antecipo a oitiva da oposição e do governo para esse período. Agora, se houver, eu tenho que garantir que, no mínimo, seis bancadas possam se manifestar agora, se ainda não se manifestaram. Ouçamos as três primeiras inscrições pela ordem.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Luiz Afonso. Bem, a secretária foi interrompida num momento importante da resposta. Na verdade, ela estava respondendo uma das indagações que eu acredito que foi a mais importante, sobre a intervenção do representante do PDT, Ver. Mauro Zacher, que apontou de modo muito apropriado um tema que ele já havia colocado na semana passada. O líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro, que realmente tem se demonstrado muito incapaz de

receber propostas e críticas, porque não dialoga com a Câmara, talvez seguindo a própria orientação do governo. Não sei por que ele tem esse tipo de impaciência, mas ele foi um dos que atacou, de modo muito forte, a proposta do Mauro Zacher de utilização dos fundos, me parece que foi uma proposta muito importante, e a secretária estava justamente colocando que se pode utilizar uma receita importante que tem em caixa para a área da saúde. E é disso que se trata, em primeiro lugar é disso que se trata. O grande desafio que está posto é fazer uma intervenção pesada na área da saúde. Se nós compararmos Porto Alegre com outras capitais, felizmente Porto Alegre está numa situação melhor, mas está numa dinâmica que também é a dinâmica geral da crise que leva a uma situação de grave risco. Em primeiro lugar, os que mais têm se arriscado são os profissionais da saúde. Infelizmente nós temos recebido muitíssimas denúncias de que os profissionais da saúde não estão sendo protegidos como devem, os profissionais dos postos de saúde, os profissionais do nosso HPS! Nós recebemos inúmeras notícias de que os EPIs não estão sendo fornecidos. Então é preciso uma intervenção pesada na área da saúde, em primeiro lugar protegendo os trabalhadores que protegem a população para que nós não tenhamos a situação em Porto Alegre como nós estamos vendo em Manaus, como nós estamos vendo em outras capitais, como nós estamos vendo no mundo inteiro, onde 10% dos contaminados no mundo são os trabalhadores da área da saúde, por denúncia da OMS. A OMS fez essa denúncia de que não estão com os equipamentos de proteção adequados. E aqui em Porto Alegre ocorre isso, assim como está nos faltando e vai nos faltar, se nós não tivermos uma intervenção pesada, profissionais da área da saúde, não só por uma política irresponsável da parte do governo de demissão no IMESF, mas também por não contratar aqueles trabalhadores que foram concursados no concurso de técnico de enfermagem, que poderiam estar já trabalhando, mas ainda não foram chamados. Então, creio que é preciso, portanto, ter uma política pesada na área da saúde; os fundos ajudam e a intervenção do Mauro Zacher, na minha opinião, foi confirmada pela secretária, que pode utilizar esses recursos. Esses recursos são importantes, são recursos superiores ao déficit que a Prefeitura vai ter. E eu quero chamar a atenção para um outro ponto que é também aumentar na área da assistência, porque a área da assistência está ligada com a saúde, e é importante para que se possa, de fato, ter uma resposta capaz de garantir o isolamento social. Alguns vereadores acham que não vai necessitar – num tipo de visão absolutamente sem nenhuma correspondência com a ciência, com todos os alertas que vêm sendo feitos por especialistas –, alguns vereadores acham que não tem nenhum problema, que não precisa quarentena, que não precisa isolamento, o que é uma posição irresponsável, mas o que nós sabemos é que sim, vai ser necessário ainda ter um período longo de quarentena. Mas para que isso possa ocorrer, é preciso ter uma política eficaz de assistência, de atendimento aos pequenos, por isso, sim, a assistência social deve ser reforçada, assim como os pequenos empresários e os trabalhadores autônomos. Nesse sentido, eu creio que não é só um problema, a Prefeitura, e, no caso, a própria Secretaria da Fazenda não pode se limitar simplesmente a ter uma atitude de contadora. A contabilidade não é o suficiente, é preciso ter uma atitude política. O prefeito Marchezan é quem mais tem condições de utilizar, hoje em dia, a mídia; quem tem

condições de ter uma posição política influente no Congresso Nacional porque ele é o prefeito da cidade; ele tem essa obrigação de defender os interesses do conjunto da cidade. E eu creio que, desse ponto de vista, é muito importante – e nisso nós nos somamos, nós defendemos a unidade de toda a cidade – a defesa de que o Congresso Nacional garanta maiores recursos para as cidades em geral, e para Porto Alegre em particular, porque nacionalmente, se o Município não pode, o Município tem limites de endividamento público, não é a mesma situação na esfera federal. Na esfera federal há possibilidade de aumento de déficit, há possibilidade de que o déficit público seja aumentado. Hoje não tem nenhum economista que conteste isso. O que o Município não pode fazer, no plano federal, pode. Portanto, eu creio que o prefeito da cidade, em nome dos porto-alegrenses, deve fazer uma pressão sobre o governo federal e sobre o Congresso Nacional para que haja uma situação, de fato, de benefícios para a cidade, para que Porto Alegre seja compensada, assim como outras cidades no País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Ao cumprimentar o Presidente, cumprimento todos os colegas vereadores. Quero cumprimentar a secretária Municipal da Fazenda, Liziane, e sua equipe, e trazer aqui alguns questionamentos. O primeiro deles, Liziane: você aponta que tem cerca de R\$ 90 milhões de acréscimo para o combate ao coronavírus e que foram gastos aproximadamente R\$ 8 milhões até o momento. Bom, nós estamos – todos os 36 vereadores – sedentos ou preocupados, querendo saber qual é o plano de combate ao coronavírus e onde estão sendo aplicados esses recursos. Como já falaram os meus colegas que me antecederam, nós recebemos, sim, denúncias de que faltam equipamentos de proteção, e nós lembramos deles, assim como outros profissionais. Então nós gostaríamos de ver primeiro o plano detalhado do investimento no combate ao coronavírus em Porto Alegre. Nós não conseguimos, até o momento, talvez a senhora vá dizer que isso é de o secretário da saúde trazer. Mas se a senhora está trazendo os números, isso tem de estar direcionado a uma programação. O secretário da saúde veio, mas também não veio lá no início – faz uns 20 dias, acredito –, mas ele não detalhou, e nós precisamos que esteja detalhado, até mesmo para ajudar no sentido de ver se precisaremos calibrar a legislação, refazermos o orçamento, enfim... O segundo ponto: a Câmara destinou R\$ 10 milhões para o combate ao coronavírus, e eu não vi isso na sua exposição, onde isso entrou na receita. Teria que aparecer como uma rubrica específica. Ao mesmo tempo, gostaria de dizer o seguinte: a senhora está dizendo que vai ter esse déficit todo em função do coronavírus, mas, ao mesmo tempo, o governo determinou, via decreto, a suspensão de um conjunto de pagamentos e um conjunto de rompimentos de contratos. Qual é o valor da suspensão desses contratos e para onde foram esses recursos da suspensão dos contratos? Tem o contrato das escolas

infantis e das entidades de assistência que já está claro, tem três decisões tomadas, duas da Câmara e uma da Justiça, de mandar pagar as escolas infantis. Aprovamos um projeto de autoria da bancada do PTB para pagar o mês de abril. E nós aprovamos um decreto legislativo anulando os decretos do prefeito e que tem validade. Então eu queria saber se a senhora já recebeu essa informação oficial para retomar esses pagamentos e reaplicá-los dentro do orçamento como gastos necessários. Também gostaria de perguntar à senhora sobre os fundos. Nós gostaríamos de ver, da Fazenda, um plano de recuperação financeira do Município e não só o manejo dos tributos no sentido de parcelar aqui, parcelar lá. Qual é o plano de recuperação que nós podemos fazer para Porto Alegre? E aí, sim, se poder utilizar os recursos dos fundos dentro de um plano de investimento, de fomento, de organização e não só na linha das isenções. Dou um exemplo, na cultura, nós temos três fundos: Funcultura, Fumproarte e Fumpahc. Esse dinheiro está destinado para ser repassado aos produtores culturais, e tudo isso foi suspenso. Será que os mais de 100 mil produtores culturais de Porto Alegre não poderiam estar recebendo incentivos da Prefeitura e continuarem produzindo? Porque um escritor escreve isolado, um escultor produz isolado, e essas pessoas estão tendo dificuldade. Estou dando esse exemplo do segmento da cultura, mas nós poderíamos pegar vários outros segmentos com a utilização desses recursos dos fundos. Como foi dito aqui, os fundos estão lá para serem utilizados. O Ver. Mauro Pinheiro até propôs, na semana passada, que se desse a autorização ao governo para poder utilizá-los em qualquer lugar. Então isso ainda não vimos. Para concluir, eu tenho uma sugestão para a senhora especificamente acerca do ITBI. Ele é pautado numa avaliação que a Secretaria da Fazenda faz, e muitas dessas avaliações venceram agora, e a Secretaria da Fazenda não está mais fazendo avaliações nesse período. Portanto, as pessoas têm interesse de continuar com o processo de ITBI, mas têm que esperar uma nova avaliação. A sugestão que eu faço para senhora é que aquelas avaliações da secretaria sejam revalidadas por mais seis meses ou até o fim da pandemia para que esses processos possam continuar. Sobre a sugestão específica relacionada ao ITBI nós temos recebido vários pedidos: “vê com a Fazenda se não dá para verificar isso”. Então, em primeira mão, para a senhora poder levar e tratar isso também. Deixo o nosso agradecimento, em nome da oposição, que gostaria de ver um plano de recuperação financeira da cidade de Porto Alegre e não só das isenções tributárias. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde Presidente, vereadoras, vereadores, Secretária Liziane e assessores. Já fui contemplada em várias perguntas que acabam sendo semelhantes, mas eu vou reforçar o que temos interesse em saber, que é a contenção de gastos da Câmara que resultou em um repasse de R\$ 10 milhões. Qual a rubrica e onde serão aplicados esses recursos? Mesmo tendo várias

informações no site, um relatório mais resumido, semelhante ao do Estado, elaborado pela Secretaria da Fazenda, sobre as ações para este período do Covid-19. Já foi, também, perguntado sobre as ações futuras, as que estão sendo planejadas diante deste quadro, que seria o plano do qual acabou de falar nosso colega, Ver. Comassetto, com o que concordo. Os auxílios, os repasses federais e estaduais estão vindo normalmente para a Prefeitura? O que já está previsto de medidas futuras com este grande auxílio federal que virá para os Estados? Com essas perguntas e diante de outras com as quais me sinto contemplada, falo em meu nome e em nome do Ver. Cecchim, que é o presidente da Comissão de Finanças. Era isso que gostaríamos de saber. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, Pujol, vereadores, Secretária Liziane, Teddy e servidores da Fazenda que nos acompanham, a explicação da Secretária Liziane foi muito pertinente, explicou com bastante clareza a situação financeira do Município. Também quero parabenizar o trabalho que ela tem feito, sei da dificuldade do seu trabalho, pois assumiu num momento de crise. Ela tem se saído muito bem, apesar da dificuldade do momento. Quero dizer aos vereadores que me acusam, que acusam o governo – Ver. Robaina - de falta de diálogo, que, depois que começou pandemia, em plena crise, nós já tivemos a presença do secretário de Saúde, que conversou com os Vereadores, o secretário Bruno, que é quem coordena o Comitê da Crise, o secretário Adriano da SMED, e, hoje, temos a Secretaria Municipal da Fazenda, Liziane. Já são, pelo menos, quatro os secretários que estiveram na Câmara de Vereadores, por meio do sistema, para conversar, explicar as ações do governo. A dificuldade que se tem é que tem alguns vereadores que querem fazer a gestão do Município. Estão confundindo suas funções, a função do vereador é legislar, fiscalizar, não é fazer projetos de lei sobre a gestão, sobre como o Município tem de gerir os recursos... (Problemas técnicos no som.) ...dizendo o que prefeito e o Executivo têm de fazer. As pessoas têm que se colocar na sua função. Eu acho que é bacana os vereadores quererem discutir, dialogar com o Município, dar sugestões, mas cada um tem de cumprir com a sua função constitucional. Também, quero dizer que o Ver. Mauro Zacher pode ficar tranquilo, pois a secretária Liziane conhece os vereadores. Tenho certeza de que o senhor tem ações muito mais importantes do que essa ação que o senhor fez a respeito das escolas conveniadas. Todo mundo lhe conhece pelo seu trabalho, por suas ações. Quanto aos fundos, Vereador, o senhor os conhece bem, o senhor era o líder do governo Fortunati no final de 2016, e, em 2017, quando este governo assumiu, os fundos tinham sido raspados pelo Tesouro. Os senhores retiraram todos os recursos dos fundos para pagar outras contas que não as dos fundos. O senhor sabe bem como utilizar os recursos dos fundos, só não fez um projeto de lei quando era o líder do governo. Deveria ter feito um projeto dizendo que iria retirar os fundos, como

retiraram no governo, sacaram todos os recursos dos fundos. No governo Fortunati utilizaram os fundos sem nenhum projeto de lei. Por que o senhor, quando era líder do governo, não fez um projeto para retirar os fundos, Ver. Mauro Zacher? Agora, quando é da oposição, quer fazer projeto para governo, aquele que não fez quando era líder do seu governo, do seu partido, do Prefeito Fortunati. Então, vamos devagar, como diz o meu amigo Adeli, vamos devagar que o andor é de barro, vai quebrar; vamos devagar, Ver. Mauro Zacher. Todo mundo sabe que o senhor fez uma ação na Justiça, o senhor só fala nisso. Sobre ações, o senhor entende bem, não é, Ver. Mauro Zacher? Parabéns, secretária Liziane, parabéns pelo seu trabalho, pois assumiu num momento difícil, está fazendo um excelente trabalho, está mostrando, com muita competência, as questões do Município, o que está sendo feito, está deixando bastante claro. Eu quero, mais uma vez, colocar-me ao seu serviço, para que a gente possa continuar trazendo secretários, e até faço a sugestão de que, todas as segundas-feiras, se traga um secretário. Os vereadores podem ver qual é o secretário que mais interessa no momento para a gente dialogar. Dialogar é ouvir, trocar ideias, escutar, falar, mas não é os vereadores quererem fazer a gestão do Município. Outra questão, fala-se muito dos R\$ 10 milhões da Câmara, peço para o Presidente dizer quanto desses recursos já foram repassados. Esses recursos irão para o Tesouro e, sim, serão muito bem utilizados. Agradeço ao Presidente Pujol, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Temos ainda três inscrições, que serão as últimas, e, em seguida, vamos ouvir os esclarecimentos da secretária da Fazenda e de seus assessores. Vamos seguir, rigorosamente as três últimas inscrições até esse momento estabelecidas, a partir disso se desenvolve, seguindo o ritmo que nós tínhamos estabelecido para que a secretária, nossa convidada, possa responder aos questionamentos feitos. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Vereador Reginaldo Pujol, colegas vereadores, secretária Liziane. Secretária, tem uma pergunta que foi feita para a senhora e ainda não obtivemos resposta: a receita deste período vai ficar mesmo em R\$ 7,5 bilhões, algo em torno disso mais ou menos? Outra coisa que eu queria saber com relação aos recursos da União e do Estado, de quanto seria o montante desses recursos? Chegou algum recurso da União, do Estado ou de qualquer outro órgão? Se há possibilidade de o Município, através do Fundo do Mercado, do Fundo de Desenvolvimento Econômico, abrir uma linha de crédito para pequenas empresas. Nós estávamos falando, agora mesmo, que foram liberadas para empresas que faturam até em torno de R\$ 300 mil; só que nós sabemos que isso é um faturamento de R\$ 25 mil ao mês, e essas empresas continuam tendo, se fizerem o acordo com o governo, que pagar 30% dos salários de seus empregados, ainda continuam com as despesas de luz, de água, despesa com aluguéis, que algumas imobiliárias jogaram lá para dezembro, só que a empresa ainda vai ter que pagar esse aluguel. E no Mercado Público, o que nós

temos ali é em torno de cinco floras e duas agropecuárias que não estão abrindo, seguindo o decreto. Se elas poderiam se beneficiar com recursos do Fundo do Mercado e se há essa possibilidade de o governo abrir uma linha de crédito, junto com o governo do Estado, no Banrisul; com a União, através da Caixa, do BNDES. Se já foi pensado isso de o governo ajudar essas pequenas e médias empresas nesse período de extrema dificuldade, porque as empresas procuram os bancos oficiais e os bancos querem garantias; num período desses, de pandemia, os bancos buscam garantias. Então, há necessidade de se movimentar a economia, nós mesmos vimos que agora abriram as lojas na segunda melhor data - é o Natal que o comércio tem no meio do ano - e as vendas caíram em torno de 70%, porque o comércio é uma constante da pessoa passar, olhar a vitrine, e eu falo porque sou oriundo do comércio, trabalho há mais de 30 anos no comércio. Então, é importante ter isso, principalmente as empresas individuais também, por exemplo, os profissionais de educação física e também vários outros que estão impossibilitados de exercer sua função em função do isolamento. Se há possibilidade de o governo abrir com a União, com o Estado, essa linha de crédito. Seria isso, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu que agradeço a V. Exa., Ver. Janta. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Trago um abraço para o Presidente e para todos os demais, para a nossa querida secretária. Quero dizer que estou aqui acompanhando atentamente todas as manifestações e vou fazer uma pequena colocação preliminar, primeira: falou a secretária que a Prefeitura tem ali um diferimento de contribuição patrimonial, RPPS, e que para esse diferimento é preciso uma lei específica, pelo que eu entendi, da Câmara. É claro que se precisamos de uma lei específica, essa lei que tem que ser de autoria do prefeito municipal, do Executivo. Então, pergunto se ela tem ideia de quando será apresentado esse projeto na Câmara. Tenha a certeza de que estamos, nós, aqui, dispostos e vamos... (Problemas técnicos no som.) Uma outra pergunta, e essa é de cunho pessoal, até porque eu recebi uma ligação nesta semana: a pessoa física que porventura deixou de pagar o IPTU tem algum parcelamento, alguma possibilidade? Ela iria lá na Fazenda? Faria por telefone? Como funcionaria o acerto desses valores? É isso. Um abraço a todos. Cumprimento a minha querida secretária, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Saúdo o Ver. Pujol, minha saudação especial à secretária Liziane, ao Teddy e a todos que nos acompanham. Eu acho que o gasto, a efetivação de sete ou oito milhões na saúde é tremendamente pífio, e isso está a nos preocupar porque a gente sente, ouve e somos demandados por falta de equipamentos e de material de proteção individual para os trabalhadores da área da saúde. Eu quero saber, concretamente, no que foi gasto e quais são as projeções futuras. Foi alardeado aos quatro ventos na mídia de Porto Alegre que o Instituto Cultural Floresta teria arrecadado milhões e milhões de reais para doação à Prefeitura e ao combate ao coronavírus. Vi, esparsamente, depois, que foram entregues algumas cestas básicas em instituições. E eu não sei qual é o critério da Prefeitura, quem é que decide onde são aplicados os recursos, se entrou dinheiro no caixa da Prefeitura ou se não entrou? E é bom que a Prefeitura, Liziane, explique isso para a população, porque a população acha que as burras da Prefeitura estão cheias por causa desse grupo de empresários que teria doado milhões e milhões e milhões de reais para a Prefeitura. A Câmara está liberando R\$ 10 milhões; pelo que eu sei, R\$ 2 milhões já foram e R\$ 2 milhões devem estar a caminho. No que isso vai ser aplicado e como é que vai ser divulgado isso, principalmente para nós, que precisamos saber disso porque temos que dar conta para a população. Sobre os gastos dos fundos, Liziane, é possível gastá-los dentro de critérios, evidentemente que os fundos compõem, com reuniões, se necessário, dos conselhos, que podem ser feitas virtualmente, como nós estamos fazendo, de forma lisa e legal. Inclusive, digo mais: se a senhora utilizar a LOAS, a senhora pode acessar inclusive recursos federais. Eu não vi ninguém da Prefeitura, porque a FASC não responde aos nossos pedidos de informação sobre a aplicação da lei que dá sustentação para as prefeituras buscarem dinheiro em Brasília. Outra questão: foi alardeado que houve a ruptura de vários contratos. Sou surpreso com a informação de que a Prefeitura vai adiantar R\$ 700 mil do caixa para o estudo de viabilidade da questão do PMI do Mercado, que se houver ganhador, vencedor, será devolvido. Quero dizer que isso é incerto, já era incertíssimo antes porque tem várias ações judiciais, eu acho que a senhora tem que ver junto à Procuradoria Geral do Município, ao procurador-geral, porque eu sei que no caso do Mercado Público não é a procuradoria que está lidando, é o gabinete do prefeito e a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Vão dar com os burros na água, vão gastar R\$ 700 mil que vai faltar para fazer o combate ao coronavírus. Então nós queremos saber essas questões e desejar uma profícua gestão. Eu tenho sido, ao longo dos anos, interlocutor nessa área... Concluo dizendo ao Mauro Pinheiro o seguinte: devagar com o andor, Mauro, nós queremos dialogar! V. Exa. é líder do governo, tem que se acalmar um pouquinho e ser um pouco mais educado com a oposição. Não tenho nenhuma licença aqui para defender seja quem for, mas o senhor vive atacando a oposição, mas eu sou oposição, não sou moleque e o senhor nos respeite, por favor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passo a palavra à ilustre secretária Liziane Baum.

SRA. LIZIANE BAUM: Obrigada, presidente. Dando continuidade aos questionamentos, vamos por ordem. Vereador Robaina, boa tarde. Não considere como uma pergunta, não houve um encaminhamento de pergunta, mas sim uma manifestação do senhor. A título de esclarecimento, eu deixei bem claro ali na minha fala sobre a impossibilidade de remanejo de recursos dos fundos. Não há essa possibilidade. Regra geral, não há essa possibilidade de utilizar destinação diversa do que está previsto nas leis municipais de cada fundo público é inconstitucional, então não há essa possibilidade. O que manifestei como possibilidade é um projeto de lei federal, uma lei complementar federal possibilitando remanejos para a área da saúde, depois eu posso passar o número para vocês, posso subsidiar a informação. O governo tem como alinhamento seguir o disposto nas legislações tanto federal como estadual ou municipal, e a linha do governo é não utilizar recursos de fundos públicos para destinação diversa do previsto nas suas leis. Esse é o nosso posicionamento, só para esclarecer. Passando aos questionamentos do vereador Comassetto. A questão das despesas da saúde, vereador, eu entendo, sim, que fizemos uma projeção das despesas, não temos um número fechado do que teremos em despesas na área da saúde porque as ações estão vindo, o governo pensa, sim, em possibilitar que os porto-alegrenses consigam superar essa crise com todo o cuidado que deve ser dado ao caso. Então pensamos, sim, por exemplo, que se não forem fornecidos esses respiradores pelo Ministério da Defesa ou pelo nível federal, talvez o Município venha a adquirir alguns equipamentos para poder enfrentar uma crise ainda maior, se vier a se agravar, ou não, isso vai depender cada vez mais das nossas medidas, de manter um isolamento, de manter um distanciamento social. Há uma imprevisibilidade de um cenário. Nós não podemos responder de forma efetiva porque há uma imprevisibilidade e nós não sabemos se o cenário daqui a uma semana, a dois meses, um mês, vai ser agravado. Por enquanto temos um achatamento da curva e contamos que assim se prossiga, mas não podemos garantir esse cenário. O governo está, sim, preocupado com essas questões de propiciar que os porto-alegrenses vivam esse momento com cada vez maior segurança, se não o conjunto todo, principalmente na saúde. Quanto aos R\$ 10 milhões de recursos da Câmara, eles já estão previstos ali no nosso executado de abril. Nós recebemos já R\$ 4 milhões, R\$ 2 milhões ao mês, e temos três parcelas a receber ainda, sendo R\$ 2 milhões mensais. Eles já estão no nosso executado, já estão na nossa receita executada R\$ 4 milhões, na apresentação que coloquei à disposição dos senhores. Quanto ao plano de suspensão dos contratos, isso é um trabalho que está sendo desenvolvido com todas as secretarias, com todo o cuidado necessário. Nós estamos fazendo reuniões periódicas diárias com todos os secretários, com todas as pastas, a fim de fazer esse acompanhamento da redução de despesas em virtude de uma queda acentuada da receita, ou seja, não há milagre. Se há uma projeção, e se já há uma execução demonstrada de queda da receita, ou a gente faz ações de incremento de receitas ou a gente reduz as despesas. Então, de certa forma, nós estamos numa convergência de esforços para tentar minimizar o impacto até o final do

ano. Essa suspensão dos contratos não é somente uma suspensão, ela é também uma proposta de redução, seja num veículo locado, seja numa redução de diária, redução de viagens, redução de telefonia, contratos fixos, são contratos de toda ordem, eles não são contratos apenas de entrega efetiva ao contribuinte, eles são contratos do nosso uso também, do uso da administração pública. Então acho que isso está sendo muito bem conduzido pelo governo, há um acompanhamento diário sobre a redução dessas despesas. Quanto à questão do ITBI, vereador, na realidade o que nós temos aqui? A Fazenda segue recebendo as guias normalmente e realizando as avaliações, as estimativas, normalmente dentro do prazo legal de três dias. Até digo para o senhor que estamos conseguindo liberar, às vezes, antes do prazo. Agora o que ocorreu é que, antes da crise, os tabelionatos inseriam cerca de 180 guias por dia no nosso sistema, e em abril isso caiu para cerca de 100 por dia. Em maio, nesses poucos dias, nós temos, nessa ordem, cerca de 120 guias, mais ou menos, por dia. Então houve uma redução em que pese as guias ainda continuem sendo estimadas. Eu vou passar aqui para o Teddy, se quiser fazer um complemento nessa questão do ITBI, Teddy, por favor.

SR. TEDDY BIASSUSI: Boa tarde só complementando, para esclarecer a dúvida do Ver. Comassetto. Sim é isso, no caso do ITBI, na parte Prefeitura não há nenhuma alteração, a gente está liberando as guias normalmente dentro do prazo de três dias. Na verdade, a gente está conseguindo cumprir essas estimativas com prazo reduzido. O que acontece? Eu tinha comentado lá no início, antes a gente recebia 180 guias, agora estamos recebendo 100 guias por dia, mais ou menos, em média. A gente tinha ali uma arrecadação de cerca de R\$ 1.040.000,00 por dia, agora a arrecadação é de R\$ 590 mil por dia. Ou seja, uma queda superior a 40%, em termos de guias de ITBI. Na verdade, essa redução de guias não é da Prefeitura, o que a gente recebe a gente estima: recebendo tem 100, 180, 200, todas elas, a gente vai avaliar os imóveis e responder dentro do prazo. O que a gente percebeu é que, de fato, seja porque os cartórios inicialmente fecharam, ali no final de março, e agora os cartórios reabriram, movimentando um pouquinho mais esse setor no início do mês de maio, a gente está tendo uma leve alta. Mas, sim, tende a haver uma queda maior no ITBI, até porque a gente sabe que essas guias que estão entrando agora, em maio, não são negócios da semana passada, são negócios de dois ou três meses atrás, principalmente os que envolvem financiamentos imobiliários e que não tendem a se repetir, a gente sabe que uma boa parte daqueles compradores de imóveis talvez agora com toda essa crise, repensem, vão segurar mais para tomar essa decisão, principalmente, de entrar no financiamento imobiliário. Então, só esclarecendo. Do ponto de vista da Prefeitura nada mudou, a quantidade de guias que entra é a quantidade que a gente avalia e libera. O que a gente tem notado é que, sim, houve uma grande redução no número de guias, o que já era esperado, e a gente acha que isso tende a ser assim até o final do ano. Vou também aproveitar e engatar na resposta ao vereador Ferronato, que questionou em relação às pessoas físicas devedoras do IPTU, como é que elas devem proceder. O que a gente fez com relação a essas dívidas? O contribuinte, em tese, que não paga o IPTU é negativado ou protestado, funciona assim como rotina, como padrão. A receita já tornou

público que não vai negatizar e protestar, no mínimo, durante três meses, sendo que isso pode ser revisto e ampliado depois, se necessário. Esse contribuinte não vai mais sofrer restrições de crédito, isso também vale para certidões negativas, a validade delas foi prorrogada. Com relação à cobrança, o que ele deve fazer, vereador Ferronato? Esse contribuinte vai receber uma proposta em casa, vai receber uma guia da receita na sua casa com uma proposta de parcelamento em 30 e até em 36 vezes. Ele pagando a primeira parcela já faz adesão automaticamente a esse parcelamento em 36 vezes. Inclusive, ele pode cadastrar para débito em conta na sua conta para não ter que receber em papel todos os meses. Aqui faço um destaque breve, o contribuinte além de receber em casa, se ele não quiser pagar em 36 vezes, e quiser pagar em menos vezes, enfim, em 15, em 20 vezes, deve entrar em contato com a Fazenda em qualquer um dos nossos canais. Tirando o atendimento presencial, a gente está com atendimento telefônico, a gente inaugurou, no mês passado, um portal de serviços cuja repercussão está tendo excelente, e até canal comercial de WhatsApp a gente já desenvolveu para cobrança do IPTU. Nesse período, de final de março, a gente fechou que já atendeu 38 mil contribuintes de forma remota. A nota do contribuinte é auferida ao final de cada atendimento, varia de 1 a 5, está em 4,7, então a gente tem tido um retorno bem positivo em relação a isso. Enfim, o que a gente quer facilitar para o contribuinte? A gente não vai negatizar, não vai protestar, encaminhamos para casa dele uma proposta em até 36 parcelas, mandamos no mês passado, neste mês estamos mandando novamente e, caso o contribuinte queira outro tipo de parcelamento, ele pode entrar em contato conosco em qualquer um dos nossos canais. A nossa média de atendimento está em 1.700 pessoas por dia, considerando o WhatsApp, e-mail, telefone tudo isso. Em resumo, era essa resposta, devolvo para Liziane.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço as manifestações da secretaria da Fazenda, sei que, em função do tempo, precisaram toda a transparência e toda boa-vontade da parte da secretária e adjuntos que estiveram aqui conosco, o que nos propiciou uma bela reunião nesta tarde, e muitos esclarecimentos. Acredito que nós não ficaremos por aqui, é muito provável, pela importância que tem nesse processo todo, a Secretaria Municipal da Fazenda, que nós ainda tenhamos, ou certamente haveremos de ter necessidade de outros debates, outras conclusões. Serão, creio eu, mais produtivas do que a de hoje, na medida em que, com o passar do tempo, nós vamos aprimorando a nossa prática através da Câmara remota, dos debates virtuais, e, evidentemente, chegamos às conclusões. Obrigado pelas contribuições de todos, especialmente dos nossos convidados da Secretaria da Fazenda, e tenho certeza de que amanhã nós haveremos de ter novos encargos, novos encaminhamentos. Continuamos na nossa senda de contribuir bem para o desenvolvimento da cidade neste momento tão especial. Obrigado pela presença de todos.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Questão de Ordem): Eu quero dizer o seguinte: não me furtei até hoje de estar em nenhuma reunião; agora, não vamos fazer as coisas com pressa. O senhor me desculpe, Presidente, eu adoro o senhor, eu

respeito o senhor, mas eu fiz cinco perguntas para a secretária que não foram respondidas ainda. Lá atrás, fiz cinco perguntas para a secretária, não dei discurso aqui, fiz cinco perguntas para a secretária e não foram respondidas as minhas perguntas. A oposição falou – não estou defendendo o governo, não estou defendendo ninguém aqui –, e o líder do governo não pôde falar, foi direto para a secretária. Então, por favor, todas as bancadas têm que falar, podem falar todas as bancadas, o governo fala, as bancadas de novo. Tudo bem, mudamos a regra, ficou bem, agora, pelo amor de Deus, as coisas têm que ser respondidas! Eu fiz cinco perguntas – cinco perguntas! –, paramos no Comassetto e ninguém foi atendido!

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Cláudio Janta, seu protesto não configura uma questão de ordem, mas eu lhe cedi, respeitosamente. Certamente uma das coisas que pode estar acontecendo e que não satisfaz V. Exa. seja por nossa culpa: estamos aprendendo a conduzir a Câmara de maneira remota e com a dificuldade natural de quem está aprendendo as atividades. De qualquer forma, vereador, esperamos que em outras oportunidades se crie outro clima e outra forma de se realizar essas nossas reuniões que não permita esse tipo de reclamação que V. Exa. oferece, no seu direito, ao final dos nossos trabalhos. Por isso, reafirmo minha disposição de continuar buscando acertar, da melhor maneira possível; se alguns erros eu tenha cometido, me perdoem, mas todos podem ter a certeza de que há uma vontade muito grande de acertar e que nem sempre a vontade de acertar é suficiente para que as coisas aconteçam corretamente. Mas eu tenho a humildade de reconhecer que devo errar com muita frequência e me proponho a, nas próximas reuniões, errar o mínimo possível. Muito obrigado a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, temos mais questionamentos aqui: do Ver. Oliboni, do Ver. Adeli e do Ver. Janta, novamente. Como o senhor vai encaminhar?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Nós já tínhamos combinado o contrário. Nós não podemos, a todo momento, estar alterando o nosso rito. Temos mais três inscrições?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não são inscrições, são alguma questão de ordem ou algum questionamento.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Rigorosamente, questão de ordem é pertinente à ordem dos trabalhos. Agora, eu não quero ser intolerante nem antidemocrático, mas eu já tinha dado por encerrada a sessão, fizemos uma exceção, e quem faz uma exceção fica na obrigação de fazer outras exceções, assim fica o paraíso das exceções. É a continuação dos meus erros. Mais um erro, eu ouço as questões de ordem que serão apresentadas daqui para a frente. Quero que sejam objetivas e fundamentadas.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações Presidente, colegas vereadoras e vereadores, quero saudar de modo especial nossos convidados, secretária Liziane e sua assessoria; Presidente, diante do que a Liziane traz, do que ela nos respondeu, ela fala de uma realidade bastante difícil, a gente sabe disso, de um orçamento de mais de R\$ 3,8 bilhões com uma perda de aproximadamente R\$ 700 milhões, e mesmo com as compensações apresentadas – com compensações eu digo recursos trazidos do governo federal ou estadual – fica um déficit de mais de R\$ 300 milhões. O que ficou vago, não foi respondido, e creio que não é atribuição da secretária, é com relação ao detalhamento da saúde: qual é o plano para a saúde, quanto o governo está gastando na contratualização de novos leitos para UTI, na compra de respiradores, na testagem que vai ser oferecida para todos aqueles que têm os sintomas do coronavírus. Nesse aspecto, acho que é fundamental nós termos uma nova reunião, é isso que eu quero propor, com o secretário da saúde ou alguém da saúde que nos diga exatamente esse detalhamento, onde está sendo gasto o recurso que está sendo recebido. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Fico muito grato pela questão de ordem, entre aspas. Ver. Adeli, ouço Vossa Excelência.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu fui o último inscrito e as minhas perguntas não foram respondidas, apenas isso.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Paulo Brum, ouço Vossa Excelência.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Presidente, só para colaborar com Vossa Excelência. Quando a secretária da Fazenda estava dando a resposta de uma pergunta, ela solicitou auxílio de seu assessor, e ela não retornou para responder as questões, Presidente, por isso acho que ficaram algumas perguntas tanto do Ver. Cláudio Janta quanto de outros vereadores sem resposta, porque a secretária pediu auxílio e não retornou para a conclusão das suas respostas, Presidente, por isso... (Problemas técnicos no som.) ...esse processo. Só para colaborar.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Repetindo o que já disse anteriormente: me perdoem pelos meus erros. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h23min.)

* * * * *